

## 6

### Considerações finais

O presente estudo investigou, à luz de uma abordagem etnometodológica, as relações entre polícia-cidadão em uma comunidade carioca em processo de pacificação, com o objetivo de examinar como o conhecimento organizado em torno da categoria policial orientou a descrição que os moradores produziram sobre suas interações com a polícia nesse contexto.

De acordo com os resultados obtidos, a categoria de pertença de policial é construída a partir do conhecimento de senso comum sobre o que são os direitos e deveres de um policial a partir das atividades agregadas a essa categoria. No que diz respeito aos direitos, observa-se que os direitos de abordar e de restringir a liberdade individual em casos que comprometam a ordem ou atentem contra a ordem não são contestados. O que é contestado é o modo como esses direitos são exercidos.

No entanto, o que é revelado na fala dos moradores, é que há uma dissonância entre o conhecimento de senso comum sobre esses direitos e deveres e a prática. Essa dissonância aponta para uma distinção entre policiais que atuam como esperado e aqueles que não são reconhecidos como membros da categoria por seu comportamento inadequado. Já no que diz respeito à ordem, é a própria instituição que é vista como inadequada. Do ponto de vista do morador, o significado de ordem no morro parece ser diferente do significado de ordem no asfalto. Som alto, bebedeira, briga de casal, tudo é normalizado como traços da cultura local. Parece haver mais flexibilidade quanto ao que entendem como desordem.

No que se refere aos deveres, os moradores tornam relevantes atividades sensíveis às necessidades de quem vive em área de risco. A principal delas é a proteção, o que era de certo modo esperado com a implantação da UPP. Outras ações apontadas correspondem às expectativas de ações de uma polícia de proximidade, como a prestação de serviços sociais, o apoio às necessidades dos moradores, uma identificação com essa população. Os resultados mostram, porém, que a comunidade continua se relacionando com uma polícia distante e pouco confiável.

A análise realizada sobre o conhecimento organizado sobre as atividades atreladas à categoria de policial em contraste com o desempenho dos policiais levou à identificação de subcategorias de policiais e até de uma aproximação invertida entre a categoria policial e bandido. As explicações utilizadas pelos moradores para justificar as categorizações situadas apresentadas revelam o conhecimento cultural e moral sobre a vida social que subjaz às avaliações.

Nessa linha, observam-se, por exemplo, os preconceitos de uma sociedade que estigmatiza quem é de uma determinada raça, quem mora em comunidade, quem torce por um determinado time, por exemplo. Práticas policiais que se orientam por esses preconceitos são vistas como em desacordo com princípios da ética militar como o de respeitar a dignidade humana e o de ser justo e imparcial. Observa-se também o modo como a sociedade construiu, ao longo dos últimos anos, uma imagem de uma polícia pouco confiável, em função de experiências com policiais corruptos, truculentos e que não respeitam os direitos do cidadão. Essa imagem construída ao longo dos anos serve de adubo para a predição negativa dos moradores sobre encontros futuros com os policiais.

Do mesmo modo, expectativas sociais e morais, convencionalizadas através do senso comum (ARRIBAS-AYLLON et al, 2011), subjazem a identificação de policiais que se comportam como membros (adequados) da categoria polícia. Um dos valores mais destacados nessa avaliação é a capacidade de o policial colocar-se no lugar do morador, ter interesse por ele, pela cultura local; entender suas emoções e suas experiências, ser sensível às suas necessidades. Esses resultados concretizam o significado de empatia para aquela comunidade.

Descrever o modo como os moradores entendem as relações entre eles e a polícia, e como orientaram a sua descrição sobre suas interações com a polícia no contexto de sua comunidade mostra que a presente dissertação contribui para a compreensão das questões que são barreiras à (boa) interação e relação policial-morador. Através de suas explanações, relatos e narrativas os moradores apontam as questões que contribuem para o distanciamento, desconforto, desconfiança, medo, e, muitas vezes, aversão aos policiais

Dar voz aos moradores de uma comunidade pacificada nos faz entender que ações do Estado, ou a falta delas, corroboram para que os moradores carreguem uma certa desconfiança em relação aos objetivos do Estado com a implantação da UPP, da Polícia Militar com a proposta de uma polícia de proximidade, e uma falta

de esperança dos próprios moradores em virem a viver numa comunidade de fato pacificada.

Acreditamos que o estudo possa contribuir para o entendimento de como a melhoria da qualidade da interação policial – morador pode viabilizar a construção de laços de confiança e de colaboração entre ambos os grupos.

Tendo como base a presente pesquisa, outras Universidades, Centros de Pesquisa, oficinas e até mesmo os agentes responsáveis pelos cursos de formação podem fazer uma reflexão crítica acerca das questões abordadas no presente trabalho de forma que compreendam melhor a realidade da comunidade em que vão atuar em termos dos laços que devem desenvolver com essas pessoas e não somente com o manuseio de armas e táticas de incursão e apreensão de drogas, armas e criminosos.

Como a própria proposta da UPP prevê, compreender as questões que dificultam a aproximação desses grupos, pode fazer com que mudanças sejam feitas e melhorias significativas tanto para a qualidade de vida dos residentes de comunidades como para a vida profissional desses policiais aconteçam.